

Mobilidades culturais: o exemplo das revistas alternativas urbanas*

*Ivete Lara Camargos Walty***

Resumo

Inspirando-me em Walter Moser (2004), quando ele propõe que, no contexto histórico contemporâneo, “um agente transfere um objeto cultural de um sistema a outro”, estudo aquilo que se pode chamar um outro tipo de enunciação pedestre (cf. CERTEAU, 1994): o trânsito de agentes culturais em suas relações com os segmentos da população que fazem da rua sua casa. Analiso para isso um tipo de revista feita para ser vendida pela população de rua nas grandes cidades. Neste trabalho, concentro-me na revista *Ocas*, com circulação em São Paulo e no Rio de Janeiro, em diálogo com a *L’Itinéraire*, de Montreal, a despeito das diferenças econômicas e sociais entre os dois países em questão. A análise dos textos é feita a partir da relação entre três elementos: o espaço físico e simbólico das cidades e das revistas, os agentes mediadores culturais presentes no processo de produção e recepção dessas publicações e o trânsito desses agentes por esses espaços.

Palavras-chave: Mobilidades culturais; Agentes culturais; Revistas alternativas urbanas.

* Texto apresentado, em francês, no Colloque International “Culture en transit: mobilités culturelles Brésil-Canada” – Chaire de recherche du Canada en transferts littéraires et culturels, Université d’Ottawa, 4-6 de maio de 2006.

** PUC Minas.

O mundo contemporâneo é caracterizado pela mobilidade cultural, definida por Walter Moser (2004, tradução nossa) como atos de transferência através dos quais “um agente transfere um objeto cultural de um sistema a outro em um contexto histórico concreto”. Tal transferência pode ser feita através de deslocamentos geográficos, como no caso das migrações internacionais, nacionais ou regionais; midiáticos, como aqueles operados pelas diversas mídias que atravessam as fronteiras físicas de países e regiões; e, finalmente, através das trocas de suportes e de tecnologias no processo de produção da arte.

Em função desse processo de transferências pode-se observar a formação de grandes redes que ligam produtos culturais de diversas origens, que se instalam em diferentes sociedades, em um mecanismo de transculturação marcado pelo movimento de interseção.

As cidades, sobretudo as grandes cidades, tornam visíveis, mais do que nunca, a diversidade e a mobilidade culturais na arquitetura, nos espetáculos apresentados nos teatros ou nas ruas, nas manifestações comerciais, religiosas e políticas e, principalmente, através do trânsito de pessoas diversas, com diferentes vestimentas, penteados, línguas e hábitos.

Há, no entanto, em várias cidades do mundo, um outro tipo de trânsito, aquele das pessoas desvalidas que caminham pelas ruas e praças em busca de sobrevivência, exibindo, paradoxalmente, sua impossibilidade de transitar pela sociedade e de ter acesso a seus bens materiais e simbólicos. Delineia-se um quadro em que abertura e fechamento, movimento e engessamento se colocam face a face, explicitando o mecanismo perverso da exclusão social.

Algumas iniciativas, entretanto, criando ou ampliando um espaço simbólico, podem incrementar a mobilidade social e cultural desses grupos. Seria, pois, interessante estudar algumas manifestações dessa mobilidade ligadas à vida na cidade, sobretudo em relação às pessoas que moram na rua, tendo sua casa debaixo das pontes, às margens das rodovias ou em terrenos baldios.

Nesse contexto urbano, um tipo particular de produção chama-nos a atenção: as revistas produzidas para serem vendidas pela população de rua, como **Ocas**, em São Paulo e Rio de Janeiro; **Boca de Rua**, em Porto Alegre; **Hecho en Buenos Aires** e **Diagonal**, em Buenos Aires; **Hecho en Chile**, em Santiago; entre outras. Tais revistas, ao lado de **The Big Issue** em Londres, **Street News** em Nova Iorque e **L'itinéraire** em Montreal, inserem-se em uma rede

mundial chamada International Network of Street Papers (INSP). Seu processo de produção, distribuição e recepção implica diferentes segmentos sociais: de um lado, a população excluída em sua diversidade; do outro, jornalistas, intelectuais, artistas e produtores culturais.

É, pois, importante colocar em evidência o jogo no qual se engajam essas publicações alternativas, que se submetem, no entanto, às leis do mercado e suas regras de compra e venda, tendo por objetivo reinserir econômica e socialmente os marginalizados urbanos.

Proponho-me, então, a estudar essas publicações como um tipo especial de rede que põe lado a lado os sem-teto e outros atores sociais: artistas, religiosos, professores. Para fazer isso, apóio-me na teoria da enunciação pedestre, elaborada por Michel de Certeau (1994), por analogia com a enunciação linguística, para descrever os movimentos dos pedestres, dos itinerantes excluídos da rede urbana. Tomando os trajetos desses atores como práticas de espaço, Certeau caracteriza-lhes as intervenções na paisagem cultural da cidade. Ao lado disso, o conceito de espaço público desenvolvido por Habermas (2003) e retomado por Dominique Wolton (2004) é também utilizado para compreender esse movimento simbólico que reúne pessoas de diferentes níveis sociais em um tipo de parceria.

Neste trabalho, concentro-me na revista **Ocas**, com circulação em São Paulo e no Rio de Janeiro, em diálogo com a **L'itinéraire**, de Montréal, a despeito das diferenças econômicas e sociais entre os dois países em questão. A análise dos textos é feita a partir da relação entre três elementos: o espaço físico e simbólico das cidades e das revistas, os agentes mediadores culturais presentes no processo de produção e recepção dessas publicações e o trânsito desses agentes por esses espaços.

A revista **Ocas**, conforme se lê na página de abertura de seus fascículos, é “publicada pela Organização Civil de Ação Social”, uma “entidade da sociedade civil de interesse público, sem fins lucrativos”; além disso, esclarece-se que a revista “é produzida por jornalistas e não depende de empresas de comunicação” e que ela “não tem nenhum interesse comercial ou político” (OCAS, n. 2).

Na seção “Expediente”, registram-se os agradecimentos às outras entidades ou pessoas que contribuem com a publicação da revista, entre as quais se incluem instituições públicas e privadas, como Médicos Sem Fronteiras (MSF), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), The British Council, a agência de publicidade W/Brasil e a empresa da área de moda M. Oficcer, e outras associações ligadas à população excluída, como a Rede Rua, além de estações de rádio, sindicatos, órgãos municipais etc. (OCAS, n. 2).

Em um primeiro momento faz-se necessário considerar os editoriais, já que são a expressão dos valores do grupo responsável pela publicação. Escolhi-os entre os publicados no período de agosto de 2002, época de fundação da revista, a fevereiro de 2005. O primeiro intitula-se “Auto-retrato”, e nele se

discorre sobre a própria revista em sua relação direta com a rua, podendo-se então aí encontrar sinais de uma parceria entre diferentes segmentos sociais, o que vai caracterizar o trabalho do grupo, por si só heterogêneo:

Nosso time é formado por seguranças, engenheiros, vendedores, técnicos de refrigeração, catadores de materiais recicláveis, empregadas domésticas, artistas. O que têm em comum é a rua, cenário de uma espécie de boemia cruel determinada por falta de trabalho, desagregações familiares, aventuras malogradas. (OCAS, 2002, n. 2, p. 5)

A rua é, então, apresentada como “o ponto onde histórias tão díspares se encontram”. A idéia de passagem que caracteriza a cidade – “viadutos, praças, vielas” – caracteriza também a revista – um movimento paradoxalmente transitório e permanente –, que se apresenta a si mesma como um beco com saída, “a possibilidade de um recomeço”, um caminho para a reinserção social (OCAS, n. 2, p. 5).

Na edição de novembro/dezembro do mesmo ano, o editorial intitulado “O melhor presente: um Brasil mais solidário” apresenta somente duas fotos: a primeira registra a participação de vendedores de **Ocas** em um evento cultural organizado pelo Itaú, o maior banco privado do Brasil; a segunda mostra a participação deles no encontro da COOPAMARE, a cooperativa dos catadores de papel e material reciclável, por ocasião da jornada mundial para a erradicação da pobreza (OCAS, n. 5, p. 5). Os dois pólos extremos da sociedade capitalista estão aí bem demarcados: o banco e os catadores de papel, o lugar do dinheiro e o lugar do lixo produzido pela sociedade.



FIGURA 1 – O melhor presente

Fonte: (OCAS, n. 5, p. 5)

Outros textos importantes também fazem a ligação entre esses dois pólos, como as reportagens e os editoriais que têm como tema a operação cognominada “Cata-tralhas”. Oficialmente chamada “Controle urbano”, trata-se de uma operação comandada pela Prefeitura do Rio de Janeiro para coleta de grandes objetos utilizados pelos moradores em situação de rua, com o objetivo de fazer a limpeza da cidade. Na reportagem “Dormiu no centro da cidade? Perdeu tudo”, percebemos que as pessoas que moram nas ruas são, elas mesmas, tratadas como as coisas das quais têm necessidade para viver (caixas de papelão, carrinhos velhos e enferrujados, tudo o que utilizam para construir suas casas nas ruas), pois os responsáveis pela operação, após remover os objetos, obrigam os desvalidos a abandonar os lugares onde vivem. Publicando a palavra das vítimas, a reportagem chama a atenção do leitor para os atos arbitrários ordenados pelo subprefeito Marcelo Mywald:

Eu estava no Aterro do Flamengo, por volta das 23 horas, com um amigo. Nós fomos abordados pelos policiais militares que estavam em uma viatura da polícia. Eles disseram que nós cometíamos atos obscenos, dizendo: “você perdeu isto”. Então foi assim: eles pegaram meu secador – você perdeu isto; minha escova – você perdeu isto; minhas tesouras – você perdeu isto. Enfim eles levaram minhas ferramentas de trabalho. [...] Depois, uma outra amiga e eu fomos obrigados a ir embora de um lugar porque as pessoas da operação “Cata-tralhas” chegaram e nos expulsaram. (Depoimento de J.C.O., cabeleireiro, n. 5, 2002, p. 9)

No editorial do número seguinte, “Sem direito a ter direitos” (OCAS, 2003, n. 6, p. 5), a revista retoma o tema, associando o abuso da operação, que inutiliza os objetos recolhidos na rua, e a injustiça da organização social, que joga pessoas na rua e, depois, não as aceita nos lugares públicos. O editorial denuncia a situação, tomando a defesa dos sem-teto frente ao poder público.

Na revista de março de 2003, volta, mais uma vez, o tema da operação “Cata-tralhas”, com uma segunda parte do editorial “Sem direito a ter direitos”. Apresentam-se aí as providências tomadas pelos órgãos municipais na preparação do carnaval, o maior acontecimento sociocultural da cidade do Rio de Janeiro. De acordo com o ponto de vista das autoridades, a proteção do turista faz parte dessas providências, o que significa que é necessário controlar os habitantes de rua. Como exemplos de tal ponto de vista, a revista publica uma declaração positiva, que reconhece a complexidade do problema, ao lado de uma outra, que revela o desprezo pelas pessoas que moram nas ruas (OCAS, n. 8, p. 5):

Embora seja de natureza eminentemente social, esse problema acaba tendo implicações policiais quando menores de rua e mendigos praticam delitos.

(Sérgio Ricardo de Almeida, presidente da TurisRio e coordenador do Comitê Integrado de Segurança Turística)

Não há nada nas posturas municipais, por exemplo, que dê a uma pessoa o direito de se instalar numa rua, com poltrona, colchão e fogão, como se fosse sua casa.

(Elizabeth Cayres, da Delegacia Especial de Atendimento ao Turista)

É interessante observar que, no dia 9 de julho do mesmo ano, a revista organizou, junto com outros grupos, um seminário sobre a população em situação de rua, onde estavam presentes representantes de várias organizações dos poderes municipal, estadual e federal, ao lado de representantes de universidades e de centros comunitários, além, é importante salientar, de representantes da população que mora na rua (cf. OCAS, n. 13). Nesse fórum foram discutidas políticas públicas para atender esse segmento excluído da sociedade.

A reportagem que versa sobre esse acontecimento intitula-se “Em busca dos direitos perdidos” (Couto, Ângela, Rocco, Luciano e Gomes, Valéria, p. 9), em uma evidente relação com o título do romance de Marcel Proust, *À la recherche du temps perdu*. Nessa reportagem o leitor é alertado para a necessidade do estabelecimento de diálogo entre os agentes do trabalho social (sociólogos, psicólogos, educadores) e os sem-abrigo. Esse fórum revelou-se um lugar de negociação entre pessoas provenientes de diferentes espaços físicos, sociais e políticos. Dessa forma, o evento tornou-se um desdobramento da própria revista, que reconhece o direito dessas pessoas a ter desejos e vontades, e não apenas necessidades. As pessoas tornam-se sujeitos de suas ações e não somente objeto de discussões entabuladas por outros, mesmo que bem intencionados.

É justamente como objeto que a sociedade vê, em geral, esse segmento da população, tal como se pode constatar no editorial de setembro seguinte: “Operação Zona Sul Legal: legal para todos?” Fala-se mais uma vez da limpeza feita pela Prefeitura, evidenciando que na publicidade oficial “o governo estadual associa a população em situação de rua à violência e criminalidade; são veiculadas imagens de pessoas sendo recolhidas por camburões da polícia e depoimentos de cidadãos ‘incluídos’ que dizem se sentirem agora ‘muito mais seguros’” (OCAS, n. 14, p. 5).

Tal violência torna-se um massacre quando, alguns meses mais tarde, moradores de rua são assassinados, durante seu sono, no centro de São Paulo. É sobre esse acontecimento que a revista se debruça no número de outubro de 2004, cujo editorial tem como título “Instrumentos contundentes”, em uma referência direta ao relatório do Instituto de Medicina Legal (IML) sobre a morte dos sem-teto. Faz-se um apelo urgente à sociedade, convidando-a a atentar para as quinze pessoas que foram agredidas no centro da cidade, com o resultado de sete mortes: “[...] que a sociedade, também conhecida como eu e você, saiba utilizar seus ‘instrumentos contundentes’ para colaborar e para exigir punição aos criminosos e ampliação dos esforços para a proteção dos cidadãos nas ruas” (OCAS, n. 27, p. 5).

Forma-se, então, uma rede para denunciar um crime cuja responsabilidade não se limita às pessoas que utilizaram os instrumentos contundentes, mas atinge a própria ordem social. Em seu número de outubro de 2005, a revista *L’Itinéraire*, de Montreal, publica uma reportagem, escrita por colaboradores

da **Big Issue** da Escócia, sobre esse assunto, chamando a atenção do leitor para a campanha feita pela revista **Ocas**: “Assassinatos abomináveis de sem-teto brasileiros: campanha mundial para forçar um inquérito independente”.¹

Em julho de 2004, 13 companheiros de infortúnio de Benedito Souza, sem-teto em São Paulo, foram selvagememente assassinados. Entre eles, um caiu fulminado depois de ter tomado bebida alcóolica contendo veneno de rato; um outro viu seu pé voar em pedaços sob o impacto de uma bomba artesanal lançada sobre ele. Benedito sobreviveu, mas não foi poupado. Quebraram-lhe a cabeça. Além das dificuldades da vida na rua, a ameaça de violência gratuita paira constantemente sobre os 10.000 sem-teto da cidade brasileira. [...] (MEIKLEM, *et al. apud. L’Itinéraire*, v. XII, n. 10, 2005, p. 27 - tradução nossa)

O texto continua, evocando outros elos da rede mundial: de um lado, o jornal de rua de São Paulo e do Rio de Janeiro, **Ocas**, por sua vez inserido na rede internacional dos jornais de rua (INSP), e, de outro, os leitores, que são chamados a “[...] apoiar a campanha contra a violência feita aos sem-teto, acessando o site <www.street-papers.org>. [...] Nós rogamos a todas as pessoas sensíveis à causa dos sem-teto que escrevam ao ministro da justiça do Brasil. Nós não permitiremos que essas vidas roubadas caiam no esquecimento” (MEIKLEM *et al. apud. L’Itinéraire*, v. XII, n. 10, 2005, p. 27. tradução nossa)

É interessante observar que a seção da revista da qual faz parte essa reportagem se chama “Globe-trottoir: nouvelles internationales provenant des journaux de rue”. O título é formado pela junção do termo “globe trotteur/euse”, em geral utilizado para fazer referência às pessoas que viajam através do mundo, com o termo “trottoir” (calçada) em sua carga semântica de margem e marginalidade.

É justamente sobre o que acontece na calçada e na rua que a(s) revista(s) se apóia(m) para criar um lugar de troca de idéias, talvez paralelas e marginais, mas também de integração e resistência. Cada vez que um jornalista, um sociólogo ou qualquer outra pessoa escrevem um artigo para refletir, conjuntamente, com e sobre as pessoas que habitam as ruas, sobre sua situação, sabendo que esse não é um fenômeno isolado, eles intervêm na ordem social através da palavra. Parece-me que se busca, com isso, configurar um espaço público. Tomo esse conceito no sentido utilizado por Dominique Wolton, que, a partir do conceito de Habermas,² analisa a questão na sociedade de massa. Diz Dominique Wolton, no glossário da obra **Pensar a comunicação**:

Trata-se de um espaço simbólico onde se opõem e se respondem os discursos, na sua maioria contraditórios, dos agentes políticos, sociais, religiosos, culturais,

¹ “Meurtres crapuleux de sans-abri brésiliens: campagne mondiale pour forcer une enquête indépendante”. Nota-se uma diferença entre o número de mortes a que se referem as duas reportagens.

² É importante lembrar que o conceito de espaço público criado por Habermas (2000) é ligado ao contexto burguês, que emerge no século XVIII, sobretudo na Alemanha, Inglaterra e França.

intelectuais que constituem uma sociedade. É, portanto, antes de mais nada, um espaço simbólico que requer, para se formar, tempo, um vocabulário e valores comuns, um reconhecimento mútuo das legitimidades, uma visão suficientemente próxima das coisas para discutir, contrapor, deliberar. (WOLTON, 2004, p. 511)

Para Wolton, o espaço público

[...] simboliza, simplesmente, a realidade de uma democracia em ação, ou a expressão contraditória das informações, das opiniões, dos interesses e das ideologias. [...] constitui o laço político que liga milhões de cidadãos anônimos, dando-lhes a sensação de participar efetivamente na política. [...] pressupõe a existência de indivíduos mais ou menos autônomos, capazes de formar a sua própria opinião, não alienados aos discursos dominantes, acreditando nas idéias e na argumentação e não apenas no confronto físico. (WOLTON, p. 512)

Os organizadores dos jornais de rua querem precisamente atuar nesse espaço, tomado no seu sentido tanto físico quanto simbólico, na medida em que eles pretendem contribuir para a reinserção dos moradores de rua na sociedade. Ou, indo ainda mais longe, é necessário interrogar se eles querem ser agentes de construção desse espaço, como um elo da rede que se abre a outros com o objetivo de “estar juntos”. O espaço torna-se público justamente quando pode ser compartilhado.

No prefácio feito para a edição francesa de 1993 do livro *L'espace public*, Habermas, em consonância com J. Keane, considera que:

O núcleo institucional da sociedade civil é constituído por esses agrupamentos voluntários fora da esfera do Estado e da economia, que vão, para não citar mais que alguns exemplos, das igrejas, associações e círculos culturais, passando pelas mídias independentes, associações esportivas e de lazer, clubes de debates, foruns e iniciativas cívicas, até às organizações profissionais, aos partidos políticos, aos sindicatos e às instituições alternativas. (HABERMAS, 1993, p. xxxii, tradução nossa)

Habermas continua, dizendo que, para Keane, a função dessas associações é “manter e redefinir as fronteiras entre a sociedade civil e o Estado através de dois processos interdependentes e simultâneos”: de uma parte, “a extensão da igualdade social e da liberdade” e, de outra parte, “a reestruturação e a democratização do Estado” (HABERMAS, 1993, p. XXXIII - tradução nossa). Trata-se então de associações que contribuem para a formação de opiniões.

Dominique Wolton (2004), por sua vez, alerta para o que considera um certo alargamento descontrolado do espaço público com o domínio das mídias. Ele ressalta que é preciso fortalecer os grupos tradicionais, para que novos grupos, incompetentes e/ou perigosos, não tomem seu espaço, colocando em risco a ordem social. Mesmo que se concorde com o autor no que se refere, por exemplo, à ameaça de organizações clandestinas e paralelas, há de se considerar

a importância da entrada em cena de grupos em geral aliados dessa mesma ordem social.

Por isso, mesmo sem entrar no domínio da teoria sociológica, pergunto-me sobre o papel de grupos que surgem atualmente, como esses que produzem as revistas alternativas urbanas, objeto deste trabalho, que representam um caso de parceria em que pessoas de diferentes origens sociais se juntam para fazer uma publicação em papel jornal e/ou reciclado, mirando um público muito diversificado. Se se reconhece, com Habermas (1993, p. VI – tradução nossa), que “a exclusão das camadas inferiores, mobilizadas cultural e politicamente, provoca já uma pluralização da esfera pública em sua fase de formação, marcadamente burguesa”, pode-se perguntar como se forma esse espaço hoje e que papel esse tipo de publicação desempenha em um contexto dominado pela força das mídias eletrônicas.

Ouso então pensar que as revistas seriam, paradoxalmente, o espaço onde um indivíduo autônomo, com um nome conhecido, cede seu lugar a outro, em geral anônimo, em um sistema de trocas. É justamente quando se aceita transigir com o outro que se ultrapassa o domínio do privado para se aventurar no espaço público. Essa esfera, enquanto lugar onde se exerce a democracia, poderia evitar a violência dos atos como os de que foram e são vítimas os moradores de rua brasileiros.

Castillo-Durante (2004, p. 57, tradução nossa) mostra que “a violência é a ação voltada para a destruição do outro, de sua cultura, de seu meio, de seus valores, da fé e do desejo que o fazem persistir em seu ser”. A palavra teria o poder de substituir a violência física e simbólica.³ O espaço público seria, então, o lugar onde o nome individual perde sua força em função do coletivo, onde se pode encontrar o outro e escutá-lo, onde se pode viver e conviver com o outro.

Nesse sentido, apesar do tempo que o espaço público requer para se formar, sua configuração torna-se móvel. É por isso que é importante examinar o trânsito dos agentes culturais que buscam novas formas de ação diante do fenômeno da globalização.

Sem tombar em uma falsa idealização, importa pensar se o processo de publicação e recepção dessas revistas poderia ser um exemplo de um movimento de reconstrução ou alargamento do espaço público: jornalistas e outros agentes sociais que, produzindo artefatos culturais híbridos, partilham a palavra com os excluídos, tornando-os companheiros de estrada. A enunciação lingüística das revistas traduz a enunciação pedestre, mostrando algumas marcas de pés descalços ao lado de outras de pés calçados. Tudo isso seria o espaço público, acolhendo a pluralidade de espaços entrecruzados, a palavra partilhada.

³ A esse respeito, ver o conceito de ação de Hannah Arendt (2005), desenvolvido por mim no texto “Les intellectuels et les itinérants: un partenariat en construction?”, apresentado no CCLA Annual Meeting, York University, Toronto, 28-30 de maio de 2006.

Abstract

Inspired by Walter Moser's proposal that, in the contemporary historical context, "an agent transfers a cultural object from one system to another" (MOSER, 2004), this article studies what may be called another kind of pedestrian enunciation (cf. CERTEAU, 1994): the transit of cultural agents in their relations with segments of the population that change the streets into their homes. For such, it considers a kind of magazine meant to be sold by street dwellers in big cities, focusing on Ocas, in São Paulo and Rio de Janeiro, in a dialogue with *L'itinéraire*, in Montréal, regardless of economic and social differences between the two countries. The text analysis is carried out with basis on the relation between three elements: physical and symbolic spaces of the cities and magazines, cultural mediators present in the process of production and reception of those publications, and those agents' transit through those spaces.

Key words: Cultural mobilities; Cultural agents; Alternative urban magazines.

Referências

- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Tradução Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- BARBERO, Jesús Martin. Globalización y integración desde la perspectiva cultural. In: VALCÁRCEL, Javier Lasarte (Coord.). **Territorios intelectuales: pensamiento y cultura en América Latina**. Caracas: Fondo Editorial La Nave Va, 2001. p. 35-50.
- CASTILLO-DURANTE, Daniel. **Les dépouilles de l'altérité**. Montréal: XYZ Éditeur, 2004.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petropolis: Vozes, 1994. v. 1.
- CERTEAU, Michel de. **L'invention du quotidien: arts de faire**. Paris: Union Générale d'Éditions, 1980. v. 1.
- HABERMAS, Jürgen. **L'espace public**. Tradução Marc de Launay. Paris: Payot, 1993.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. 2. ed. Tradução Flávio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- L'ITINÉRAIRE, Montreal, V. XII, no. 10, oct. 2005.
- MOSER, Walter. Le recyclage culturel. In: MOSER, Walter *et al.* (Org.). **Recyclages: économies de l'appropriation culturelle**. Montréal: Les Éditions Balzac, 1996. p. 23-52.
- MOSER, Walter. La culture en transit: locomotion, médiamotion, artmotion. In: MOSER, Walter *et al.* **Chaire de recherche du Canada en transferts littéraires et culturels**. Ottawa: Université d'Ottawa, 2004. Disponível em: <www.sciencesociales.uottawa.ca/transferts/fra/intr.asp>. Acesso em: 27 mai. 2005.
- OCAS: saindo das ruas. Rio de Janeiro: Organização Civil de Ação Social, de maio de 2002 a agosto de 2005.
- WOLTON, Dominique. **Penser la communication**. Paris: Flammarion, 1997.